

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA DE HISTÓRIA**

THERCYO SOUSA E SILVA

**LIBERALISMO ECONÔMICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990: O GOVERNO
COLLOR E AS PRIVATIZAÇÕES EM GOIÁS**

Goiânia

2022

THERCYO SOUSA E SILVA

**LIBERALISMO ECONÔMICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990: O GOVERNO
COLLOR E AS PRIVATIZAÇÕES EM GOIÁS**

Monografia apresentada à Escola de Formação
de Professores e Humanidades da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciatura
em História, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria
Cristina Nunes Ferreira Neto

Goiânia

2022

Silva, Thercyo Sousa e

Liberalismo Econômico no Brasil na Década de 1990: o Governo Collor e as Privatizações em Goiás.

Sousa e Silva — Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades. PUC GO, 2021.

107f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura plena em História)
— Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades. PUC GO, 2022

Orientador (a): Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

Avaliador: Me. Marcos Freitas Costa

Avaliadora: Dra. Maria Cristina Dutra Mesquita

1.Liberalismo Econômico 2. Governo Collor. 3.Capitalismo 4. privatização 5.

Política. I. Título.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA



Monografia nº _____ Semestre 2022-2

Autor: Thercyo Sousa e Silva

Título: Liberalismo Econômico no Brasil na década de 1990: o Governo Collor e as privatizações em Goiás.

TERMO DE APROVAÇÃO

O trabalho foi apresentado durante a XIV Semana Científica de História, realizada entre 05 de Dezembro e 09 de Dezembro de 2022, conforme as “Normas de Monografia” da Coordenação de Pesquisa em História, instituídas pela Coordenação de História por intermédio do Ato Próprio Normativo nº 001/2017. O candidato foi arguido pelos docentes nomeados abaixo e seu trabalho de conclusão de curso, requisito parcial para a obtenção do título de Professor Licenciado em História, considerado:

APROVADO com CONCEITO A.

Goiânia, de 08 de dezembro de 2022.

Orientadora:

Profa. Dra. **Maria Cristina Nunes Ferreira Neto**

Banca Avaliadora:

Prof. Me. **Marcos Freitas Costa**

Profa. Dra. **Maria Cristina Dutra Mesquita**

Coordenação de Pesquisa em História. Escola de Formação de Professores Humanidades, 5º Andar. Rua 227, Qd. 66, nº 3.669 – CEP 74.605-080. Telefone: +55(62) 3946 168.

THERCYO SOUSA E SILVA

**LIBERALISMO ECONÔMICO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990: O GOVERNO
COLLOR E AS PRIVATIZAÇÕES EM GOIÁS**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como
requisito parcial para obtenção de grau de licenciada em
História, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Data de aprovação: 08/12/2022

Banca Examinadora

Examinadores:

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto (Orientadora)

Prof. Me. Marcos Freitas Costa (membro interno)

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Dutra Mesquita (membro interno)

Goiânia

2022

À comunidade da Pontifícia Universidade
Católica de Goiás pelo apoio permanente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha orientadora Maria Cristina pela paciência, que em todos os momentos se mostrou uma profissional ímpar. Você é um grande exemplo para mim, como professora e como ser humano.

A minha família, que acreditou em mim mesmo quando eu mesmo já tinha desistido. A minha força vem de vocês, unicamente de vocês. Divina, Ivanires, Sarah, Luciane, Guilherme, Lorenzo e Thierry.

Aos meus confrades do curso, amigos que pretendo levar para toda vida. Os momentos dentro do curso se tornaram mágicos ao lado de vocês. Cada segundo foi delicioso, Paula, Sarah, Wemerson, Yasmin e prof. Ivan Vieira Neto, coordenador do curso de História da PUC Goiás.

Quase acreditei na sua promessa, e o que vejo é fome e destruição. Perdi a minha sela e a minha espada, perdi o meu castelo e minha princesa. Quase acreditei, quase acreditei. E, por honra, se existir verdade, existem os tolos e existe o ladrão. E há quem se alimente do que é roubo, mas vou guardar o meu tesouro caso você esteja mentindo (...).

É a verdade o que assombra, o descaso que condena. A estupidez, o que destrói, eu vejo tudo que se foi e o que não existe mais. Tenho os sentidos já dormentes, o corpo quer, a alma entende. Esta é a terra de ninguém, sei que devo resistir. Eu quero a espada em minhas mãos. (METAL CONTRA AS NUVENS. Intérprete e compositor: Renato Russo. Rio de Janeiro: EMI, 1991. 1 CD (49:37)).

RESUMO

SILVA, Thercyo Sousa. **Liberalismo econômico no Brasil na década de 1990: o Governo Collor e as privatizações em Goiás.**

Este estudo investiga as determinantes históricas, econômicas, políticas e sociais do fenômeno do liberalismo econômico no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990. Aponta que fatores internacionais e nacionais influenciaram as eleições de 1989, elegendo Fernando Collor de Melo para presidência do Brasil. Analisa o plano de governo Collor, arquitetado sob a inspiração do liberalismo e em medidas econômico-liberais, como a abertura do mercado nacional para o mercado estrangeiro, privatizações e redução da máquina pública. Estuda sobre o contexto econômico e social brasileiro na época de elaboração do “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”, e avalia o contexto político internacional, como a bancarrota da economia de países socialistas e a ascensão econômica capitalista. Demonstra como o liberalismo do governo Collor foi determinante para o processo de privatização em Goiás, quando diversas empresas estatais foram vendidas para a iniciativa privada.

Palavras-chave: Liberalismo Econômico; Governo Collor; Capitalismo; Privatização.

ABSTRACT

SILVA, Thercyo Sousa. **Economic liberalism in Brazil in the 1990s:** The Collor government and privatizations in Goiás

This study investigates the historical, economic, political and social determinants of the phenomenon of economic liberalism in Brazil during the 1980s and 1990s. It points out that international and national factors influenced the 1989 elections, electing Fernando Collor de Melo as president of Brazil. It analyzes the Collor government plan, designed under the inspiration of liberalism and economic-liberal measures, such as the opening of the national market to the foreign market, privatizations and reduction of the public sector. It studies the Brazilian economic and social context at the time of elaboration of “Brazil: A National Reconstruction Project”, and evaluates the international political context, such as the stagnation of socialist countries and the capitalist economy rise. It demonstrates how Collor's liberalism was decisive for the privatization process in Goiás, in which several companies were sold to the private sector.

.

Keywords: Economic Liberalism; Government Collor; Capitalism; Privatizations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O LIBERALISMO EM EVIDÊNCIA NA POLÍTICA NACIONAL BRASILEIRA....	16
1.1 FIM DA BIPOLARIDADE E A ASCENSÃO DO MODELO CAPITALISTA HEGEMÔNICO.....	16
1.2 RECESSÕES E INSTABILIDADES POLÍTICAS NO BRASIL	20
1.3 1989: A CAMPANHA POLÍTICA DE COLLOR.....	23
1.4 BRASIL: UM PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL	25
2. ESTATAIS GOIANAS: CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA E PRIVATIZAÇÃO.....	31
2.1 BANCO DO ESTADO DE GOIÁS (BEG).....	33
2.2 TELEGOIÁS.....	35
2.3 CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S. A (CELG).....	38
2.4 GOIÁS FERTILIZANTES S.A.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	49

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A queda do Muro de Berlim, em 1989.....	19
Figura 2 - Collor se exercitando.....	24
Figura 3 – A nova sede do BEG.....	34
Figura 4 – Logomarca do BEG.....	35
Figura 5 – Logomarca da Telegoiás.....	36
Figura 6 – Logomarca da Brasil Telecom.....	37
Figura 7 – Logomarca da CELG.....	39
Figura 8 – Usina Hidroelétrica de Rochedo.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A hiperinflação no Brasil	21
Tabela 2 - Analfabetismo Brasileiro.....	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEG - Banco do Estado de Goiás

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CELG - Centrais Elétricas de Goiás S. A

COTELGO - Companhia Telefônica de Goiás

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

EUA - Estados Unidos da América

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

GOIÁSFERTIL - Goiás Fertilizantes

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IUM- Imposto Único sobre Minerais

METAGO - Metais de Goiás

PIB - Produto Interno Bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PT - Partido dos Trabalhadores

SITUEG -Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás

TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras

TELEGOIÁS - Telecomunicações de Goiás

URSS - União Soviética

INTRODUÇÃO:

Fernando Collor de Melo, candidato pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), foi o primeiro presidente eleito pelo voto popular depois de vários anos seguidos de intervenção militar (1964-1985), vencendo Luiz Inácio Lula da Silva, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no segundo turno nas eleições de 1989. Nesse período, o Brasil passava por uma crise econômica aguda, com inflação galopante, com os preços subindo 80% ao mês. De acordo com alguns estudos, a crise se deu pelas intervenções do Estado na área fiscal e ao modelo de importações.

A causa fundamental dessa crise não se deveu ao mal funcionamento do mercado, como ocorreu nos anos 30, mas à crise do Estado: crise fiscal do Estado, crise do modo de intervenção do Estado (o modelo de substituição de importações) e crise da forma burocrática de administrar o Estado. Este deixou de ter as condições necessárias para, de um lado, garantir o poder de compra da moeda doméstica e, de outro, ser o promotor de poupança forçada. Dessa forma, não só perdeu a capacidade de continuar a exercer o papel de principal agente indutor do crescimento da economia brasileira, como se transformou em um obstáculo ao desenvolvimento (PEREIRA, 1997, p. 166).

Nesse cenário de crise econômica, também acontecia uma crise democrática e institucional, visto que há pouco tempo o país estava sendo governado por um regime ditatorial e havia na sociedade brasileira muitas incertezas sobre um possível retorno ao militarismo. Embora houvesse, na época, um pessimismo sobre o futuro, ao mesmo tempo, as esperanças se renovaram com a candidatura de Collor, que simbolizava a modernidade e o alinhamento com as políticas estrangeiras, como o liberalismo econômico, que poderia tornar o Brasil competitivo internacionalmente para contornar a crise inflacionária.

A expectativa dos brasileiros e brasileiras era de que o novo presidente iria mudar este cenário e sanar a crise estrutural que assolava o país. O economista Luiz Carlos Bresser Pereira aponta no seu artigo “O Governo Collor e a Modernidade e Tempos Incertos” (1991) o espírito de volatilidade presente na eleição de 1989, quando 60% dos deputados não se reelegeram.

No plano parlamentar, o sistema eleitoral proporcional, ao invés de distrital ou distrital misto, provocou mais uma vez violenta renovação do Congresso (60% dos deputados não foram reeleitos) ao mesmo tempo em que contribuiu para a manutenção de sua falta de representatividade. [...] As eleições presidenciais de 1989 foram um momento de incerteza, de confusão, mas nada justificava falar em retrocesso. Havia desilusão com a Nova República, havia indignação contra os políticos e particularmente os políticos do PMDB, mas não havia volta para o passado. Collor não era o passado. Era o futuro, era a esperança para milhões de eleitores (PEREIRA, 1991, p. 2).

Ao ser eleito, Collor entregou seu plano de governo denominado “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional” (1991), arquitetado sob os ditames do neoliberalismo¹, que traçava objetivos para os próximos anos no Brasil, incluindo, dentre outras medidas, as privatizações de setores estratégicos, a fomentação do comércio internacional e a responsabilidade fiscal.

Em paralelo às eleições brasileiras de 1989, diversos países em diferentes lugares do mundo estavam abandonando a ideologia socialista, que ficou marcada com a emblemática queda do Muro de Berlim. Brasílio Sallum Júnior (2011) pontua que nesse período grande parte das sociedades convergiram para um “mesmo padrão de organização econômica”.

Depois da queda do Muro de Berlim e do colapso da União Soviética, tornou-se predominante a interpretação de que tais alterações atingiriam aos poucos todas as sociedades e as fariam convergir para um mesmo padrão de organização econômica, pautado pelo mercado (SALLUM JR, 2011, p. 259).

As grandes empresas transnacionais e corporações financeiras pressionavam o governo brasileiro para adoções de medidas liberais, que impactariam de forma direta as relações no mercado de trabalho e a forma como o Estado e as empresas interagem. Além disso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central também recomendavam a abertura econômica brasileira para contornar a crise financeira. Por outro lado, o Brasil não se encontra em uma situação confortável que lhe propiciasse negociações, pois desde o início da década de 1990 havia contraído dívidas com os credores internacionais, de forma que, como afirma Tavares (2019), não havia alternativa além de aderir às pressões dos bancos estrangeiros.

O Brasil foi, dentre os países latino-americanos, aquele que adotou mais tardiamente as políticas neoliberais recomendadas pelo FMI e o Banco Mundial, por ocasião da renegociação da dívida externa mexicana de 1982, chamadas na década de 1980 de “condicionalidades cruzadas” para a adoção do plano Brady de reescalonamento da dívida (TAVARES, 2019, p. 291).

A campanha eleitoral de Collor, em 1989, soube aproveitar-se desse cenário internacional, abraçando de forma incontestada o neoliberalismo. O discurso utilizado pelo candidato na televisão e nos documentos oficiais afirmava o compromisso do Brasil em implementar as mudanças liberais, tais como leis que findasse o protecionismo de Estado para fomentar a entrada de produtos e empresas multinacionais no país. O objetivo seria atrair capital estrangeiro para aquecer o mercado brasileiro e alavancar o desenvolvimento no país. Outro

¹ O economista Luiz Carlos Bresser Pereira classifica o Neoliberalismo dos anos 1990 como um liberalismo radical, que determinava que o papel do Estado deveria ser reduzido ao máximo, ou seja, sem intervenções na economia. Logo as estatais deveriam ser privatizadas, transferindo para a iniciativa privada a função de atender as demandas do país. (PEREIRA, 1991, p. 5).

tema muito presente nos discursos do candidato Collor era a redução gradual das estatais e do funcionalismo público, retratados como desperdício de recursos. Em contrapartida, nessa narrativa, a iniciativa privada representava eficiência, custo baixo e qualidade, ao passo que desqualificava os serviços estatais e governamentais. Essa forma de pensar se consubstanciou no seu plano de governo, que trazia propostas de privatizações e reformas administrativas, que se apresentavam entrelaçadas, assim como a abertura da economia para o mercado externo.

Na verdade, desde a campanha eleitoral de 1989, Collor já deixava evidenciado em seu discurso a preferência pelo Liberalismo Econômico², por considerá-lo qualificado e por ser uma ideia moderna e representativa de uma nova visão de mundo. Collor apresentava seu plano de governo aos eleitores como signatário do único caminho possível para o Brasil contornar e sair das crises, pois acreditava que todos os debates sobre modelos econômicos estavam superados após o “fracasso socialista”:

Você sabe que a divisão que o outro candidato tenta estabelecer entre nós não é verdadeira, não se trata de direita ou esquerda, esta discussão está sendo enterrada sob os escombros do muro de Berlim. A correta divisão que nos separa do meu adversário é uma só: É uma ideia nova contra uma ideia velha, é uma visão moderna contra uma visão atrasada, é um futuro possível contra um passado testado por exemplo na Polônia, na Hungria, na Alemanha Oriental e na Tchecoslováquia. Um passado que como estão vendo, fracassou – Discurso do Collor na campanha eleitoral de 1989 (COLLOR, 1989 apud NOBLAT, 1989).

De forma que esse trabalho teve como objetivo estudar e analisar o documento “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional de governo Collor (1990-1992), identificando as influências do liberalismo e as motivações que o nortearam, destacando suas prerrogativas sobre o papel do Estado, em especial, sua política de privatização de empresas estatais. Nesse sentido, a monografia apresenta as privatizações ocorridas em Goiás decorrentes das políticas liberais adotadas na década de 1990, tanto pelo governo Collor como pelos presidentes que o sucederam. O estudo também procurou compreender a situação econômica, política e social vivenciada pela sociedade brasileira nos anos após o regime militar (1964-1985), o enfrentamento das crises estruturais que assolaram o país e as esperanças suscitadas com a candidatura de Fernando Collor de Mello em 1989 pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

² “Ainda hoje a palavra liberal assume diferentes conotações conforme os diversos países: em alguns países (Inglaterra, Alemanha), indica um posicionamento de centro, capaz de mediar conservadorismo e progressismo, em outros (Estados Unidos), um radicalismo de esquerda defensor agressivo de velhas e novas liberdades civis, em outros, ainda (Itália), indica os que procuram manter a livre iniciativa econômica e a propriedade particular” (BOBBIO, 2004, p. 689).

A partir desse cenário apresentado é que analisamos neste estudo os impactos da política externa na elaboração do plano de governo de Collor e sua efetivação durante seu curto governo e nos subsequentes. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica em obras e artigos científicos de autores que estudaram o período e o documento “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”, como Brasílio Sallum Junior, Luiz Carlos Bresser Pereira, Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, dentre outros, visando entender como foi o processo da ascensão liberal na década de 1990. Foram utilizadas outras fontes para compreender esse processo, como reportagens de jornais, sites eletrônicos, imagens e fotografias publicadas em revistas em circulação naquele período. Apesar do estudo apresentar dados e tabelas quantitativas, o método utilizado nesse estudo foi o qualitativo como forma de compreender as variáveis, as particularidades e as políticas liberais do Estado, em especial a política de privatizações de empresas estatais durante o período estudado e seus desdobramentos no estado de Goiás.

O primeiro capítulo traz uma contextualização do cenário político vivido nos anos 1990, evidenciando a situação internacional com o fim da Guerra Fria, a crise financeira brasileira e a instabilidade política nacional, fatores que contribuíram para a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989. O capítulo apresenta o documento “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”, procurando demonstrar sua relação com os princípios do liberalismo econômico e as políticas neoliberais impostas pelos organismos internacionais aos países dependentes.

O segundo capítulo apresenta a importância de algumas empresas estatais goianas criadas para subsidiar o desenvolvimento da economia e a modernização do Estado, em especial, a partir da criação da nova capital Goiânia. Destaca os impactos da política liberal implementadas a partir do governo Collor em Goiás, que levou à privatização dessas empresas estatais. Assim, o capítulo procura mostrar que as políticas nacionais sempre tiveram impactos diretos nas empresas brasileiras, no caso específico, em Goiás, as empresas estatais foram criadas em um período de políticas nacionalistas, buscando soluções governamentais para demandas que a iniciativa privada não atendia, e com as políticas liberais do governo Collor e dos presidentes subsequentes, vender as empresas estatais por meio das privatizações se tornou a panaceia para os problemas do estado brasileiro.

1. O LIBERALISMO EM EVIDÊNCIA NA POLÍTICA NACIONAL BRASILEIRA

O colapso financeiro dos países socialistas no final da década de 1980 impulsionou a adoção de políticas públicas liberais em nações do mundo, como na China, Alemanha Oriental e países da América do Sul. O Brasil, assim como vários outros países em desenvolvimento, estava sofrendo um longo período de estagnação e hiperinflação, boa parte causadas pela dívida externa e pela fragilidade institucional decorrente dos anos de governos militares (1964-1985).

Em 1989, nesse cenário, Fernando Collor de Melo foi eleito à presidência do Brasil, ancorado em um discurso liberal, propondo em seu plano de governo políticas liberais tais como a redução nas interferências do Estado na economia, além de uma política de privatizações e diminuição da máquina pública. Outro pilar do plano de Collor foi a política de abertura do Brasil ao mercado estrangeiro sob a alegação de que estimularia a importação e exportação de produtos, serviços e capital. E para concretizar essas mudanças estruturais para país, Collor sancionou em 1991 o seu plano econômico intitulado “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional” (COLLOR, 1991), que analisaremos neste capítulo, destacando-lhe suas principais características liberais.

1.1 FIM DA BIPOLARIDADE E A ASCENSÃO DO MODELO CAPITALISTA HEGEMÔNICO

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) redefiniu as fronteiras dos países, as balanças de poder e seus protagonistas, instaurando uma nova ordem geopolítica mundial, dividida em dois blocos de poder antagônicos, compostos por países capitalistas e países comunistas. Com o final do conflito, os Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS) saíram como vencedores da guerra, pois tiveram poucos conflitos dentro dos seus limites geográficos, e quando aconteceram, não trouxeram muitos estragos. As duas potências possuíam alto grau de desenvolvimento, porém tinham estruturas sociais e econômicas completamente antagônicas. Os EUA viviam sob o regime capitalista (em sua terceira fase, o keynesiano), ou seja, com moderada regulamentação de mercado, o que favorecia as iniciativas empresariais e o livre comércio que, por sua vez, fomentavam o desenvolvimento nacional de indústrias e companhias. Esse sistema proporcionou às empresas estadunidenses se tornarem multinacionais com filiais em quase todo mundo, cooptando receitas que indiretamente retornavam ao solo americano.

Nesse cenário, o Estado se tornou o agente mediador no desenvolvimento das empresas, removendo impostos e criando acordos comerciais internacionais desiguais que facilitavam a exportação dos seus produtos para outras nações. Há de se ressaltar que o modelo político dos EUA há muito tempo já estava consolidado, a democracia presidencialista. Os norte-americanos faziam propaganda do seu estilo de vida para todo mundo, o “*American way of life*”, por meio da indústria cultural (filmes, música, moda, alimentação dentre outros), associando bem-estar social ao consumo de produtos modernos. Todos estes avanços econômicos e estruturais, subsidiados por uma propaganda maciça do capitalismo pelos meios de comunicação, colocaram os EUA como um exemplo ideal do liberalismo, demonstrando ao mundo o sucesso do capitalismo.

Denominado como American way of life, tal modelo possuiu papel relevante na primeira metade do Século XX, quando o reforçar dos valores individuais e coletivos foi um pilar na reconstrução econômica e social dos Estados Unidos após a crise financeira de 1929. De outra forma, este modelo colaborou também na consolidação – e na formação – de estilos de vida ao longo do mundo sobre a constituição de um cotidiano desejado, ambicionado, fulgurante, recompensador e idealizado, tangibilizado pela boa vida daqueles que dele usufruem – na medida de seu poder de compra e dos bens adquiridos e exibidos a seus pares (CUNHA, 2017, p.18).

Já a antiga URSS buscou o fortalecimento de sua soberania por meio da militarização e investimento bélico. O regime soviético estava embasado no socialismo ³ idealizado pelos teóricos Karl Marx, Engels e Lenin.

Pode-se tentar sintetizar algumas características peculiares ou elementos definidores do socialismo e do comunismo que imaginaram Marx e Engels, a saber: Abolição da propriedade privada, base da exploração capitalista e imediata socialização dos meios de produção e distribuição (RODRIGUES, 2006, p. 27).

Entretanto, após a Revolução Russa de 1917 e as reais condições econômicas da Rússia, o regime foi sendo adaptado e reformulado conforme as necessidades do país. Em princípio, esse modelo econômico visava diminuir as desigualdades sociais e a criação de estatais que suprissem as principais necessidades do povo, como comida, vestimenta e serviços essenciais.

Com a Segunda Guerra Mundial, o enfraquecimento das superpotências europeias deixou um vácuo de poder, que seria pleiteado pelos EUA e URSS. Para garantir a hegemonia

³ O Socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras que foram se formando durante a Revolução Industrial. O Socialismo, em linhas gerais, estabelece que: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política), através da intervenção dos poderes públicos (BOBBIO, 2004, p. 689).

mundial, estes países passaram a disputar domínios de influência em outros países, período que ficou conhecido como “Guerra Fria” (SARAIVA, 2001). Na época, o entendimento era de que quanto mais forte e militarizado o país era, maior seria o seu poder de liderança. Esse conceito desencadeou uma corrida nuclear para enriquecimento de urânio e massivos investimentos bélicos, dividindo a organização mundial, numa ordem bipolar.

Embora não ocorressem confrontos diretos durante a Guerra Fria, aconteceram vários conflitos em regiões onde estes países disputavam zonas de influências, como no Oriente Médio, que foi armado e financiado para atender os interesses ora soviéticos, ora americanos. O Afeganistão, por exemplo, foi invadido em 1979 pela URSS para implementação do regime socialista, porém, posteriormente, grupos reacionários afegãos receberam financiamento estadunidense para uma contrarrevolução. Os EUA, por sua vez, implantaram mísseis nucleares na base da Turquia e na Itália, que poderiam facilmente ser lançados contra solo soviético, acirrando a animosidade entre os países (CASTANÃRES, 1995, p. 547). A resposta da União Soviética foi a criação de uma base militar em Cuba, com mísseis apontados para os norte-americanos. O primeiro-ministro da URSS, Nikita Serguêievitch Khrushchov (1958-1964), disse em carta aos norte-americanos:

Nós aceitamos retirar de Cuba aqueles materiais que você qualificou de ofensivos, e podemos comprometer-nos a isso no seio das Nações Unidas. Em reciprocidade, seus representantes farão uma declaração no sentido de que os EUA, considerando as dificuldades e a ansiedade do Estado soviético, retirarão da Turquia materiais ofensivos similares (CASTANÃRES, 1995, p. 547).

Na América Latina os norte-americanos combateram as influências da URSS a todo custo e, eventualmente, os EUA financiaram e apoiaram governos que tinham compromisso em exterminar qualquer “ameaça comunista” de seus países. Os exemplos mais notórios deste período foram o Brasil, onde se estabeleceu um golpe militar (1964-1985), e o Chile (1973-1990), onde Augusto José Ramón Pinochet Ugarte exerceu uma ferrenha ditadura que matou milhares de simpatizantes do socialismo. Já os soviéticos fortaleceram aliados em países africanos, que ainda estavam em sua maioria sob processo de domínio europeu.

O modelo de produção da URSS, segundo Saraiva (2001, p. 97), devido dificuldades estruturais, demonstrou “desempenho medíocre em termos de produtividade”, insuficiente até para atender as demandas internas do país, que passou a ter que importar produtos básicos. Também era irrelevante no comércio internacional, com baixa expressão no quantitativo de exportações de bens e serviços. Com a economia enfraquecida e gastos militares excessivos, a URSS acabou entrando em crise durante o governo de Mikhail Gorbachev (1985-1991),

colapsando seu modelo econômico, se submetendo à abertura gradativa ao mercado internacional a partir de 1985.

Pode-se, contudo, identificar na absoluta irrelevância econômica internacional do socialismo uma de suas dificuldades congênicas em afirmar-se como modelo a ser seguido ou tão simplesmente em obter recursos financeiros ou tecnológicos para continuar existindo num mundo cada vez mais independente. O mais provável é que um conjunto de fatores econômicos, políticos, diplomáticos e mesmo militares, de peso variável ao longo desta década, tenham atuado progressivamente no sentido de invisibilizar o pesado modelo de administração centralizada e de escassa legitimidade social representado pela gerontocracia do Partido Comunista da União Soviética (SARAIVA, 2001, p. 107).

Outro baluarte do Socialismo era a República Popular da China, que também enfrentou estagnação econômica e escassez, mas foi gradualmente abrindo o seu mercado ao capital estrangeiro no final da década de 1970.

A queda da URSS (que se tornou a Rússia), a reunificação emblemática da Alemanha socialista com a capitalista, simbolicamente efetivada com a derrubada do Muro de Berlim em 1989 (FIGURA 1), tornou-se um marco que determinou o final do período da Guerra Fria.

FIGURA 1 – A QUEDA DO MURO DE BERLIM, EM 1989



FONTE: Wikimedia commons/reprodução

O final do conflito entre a URSS e os EUA causaram mudanças no mundo inteiro. Na América Latina as ditaduras militares chegaram ao fim, transitando para regimes democráticos. A China decidiu implementar o regime de produção capitalista, embora a política tenha permanecido como socialista. O continente africano ficou muito enfraquecido, tanto pelo apoio

aos soviéticos, tanto pelo surgimento de epidemias terríveis, como a Ebola. Neste período, mundialmente, surgiram doenças que assolam e amedrontam até os dias atuais, como a AIDS. As desigualdades causadas pelas diferentes formas que os países lidaram com a Guerra Fria acirraram em todo mundo (SARAIVA, 2001).

Com o fim da Guerra Fria, a organização mundial mudou de bipolar (capitalismo x socialismo) para multipolar, quando o capitalismo passou a atuar de maneira hegemônica e livre de concorrência, uma vez que o ideal socialista/comunista foi derrotado com a simbólica queda do Muro de Berlim.

O ano de 1989 marcava o fim da linha divisória entre os dois blocos – Capitalista e Comunista – que emergiram com a Guerra Fria. No dia 9 de novembro de 1989, na Alemanha Oriental, depois de grandes manifestações populares realizou-se o acontecimento de grande força simbólica: a derrubada do “Muro de Berlim”. No ocidente foi decretado com grande alarde o “fim do comunismo”, na aparência, a ideologia capitalista havia triunfado e o liberalismo político e econômico já não mais enfrentaria a concorrência de seu tradicional inimigo, o comunismo. Vale dizer que a desintegração da URSS e a liberalização do regime dos países do leste europeu, ocorreram em um curto espaço de tempo e de maneira surpreendente (FERREIRA NETO, 2019, p. 182).

1.2 RECESSÕES E INSTABILIDADES POLÍTICAS NO BRASIL

A ditadura civil-militar brasileira durou quase 21 anos, sendo sucedida, em 1985, por uma eleição indireta, que elegeu Tancredo de Almeida Neves (MDB). Entretanto, o presidente eleito não pode ser empossado, pois faleceu às vésperas de assumir o seu mandato. José Sarney de Araújo Costa, eleito vice-presidente, assumiu a presidência, permanecendo no cargo até 1989. Na época, havia na sociedade brasileira a expectativa de que o voto popular seria uma ferramenta para dar fim as décadas de instabilidade política e a esperança de que o novo presidente conseguisse sanar os diversos problemas que se arrastavam por anos. O grande pesadelo dos brasileiros no final da década de 1980 era a hiperinflação que chegou a impressionante marca de 1863% a.a., causando altas constantes nos preços e serviços, diminuindo o poder de compra das pessoas, em especial, das camadas sociais mais frágeis economicamente, pois o valor do salário-mínimo não conseguia acompanhar a volatilidade do câmbio financeiro (PEREIRA, 1997).

De forma que a hiperinflação persistiu, desde 1979, sempre acima de 50% ao ano (TABELA 1). Durante o governo Sarney (1985-1990) foi anunciado um conjunto de ações para tentar contornar a inflação. O Plano Cruzado, instituído em 1986, dentre várias medidas,

substituiu a moeda vigente, o Cruzeiro, para o Cruzado; porém o plano fracassou em sua função de estabilizar a economia do Brasil (PEREIRA, 1997).

A consequência de vários anos sob inflação foi devastadora para o crescimento econômico e desenvolvimento industrial, pois houve fuga de capital nacional, os investidores e grandes empresários preferiam aplicar seu dinheiro em outros países e converter seu patrimônio em outras moedas mais estáveis, como o dólar. Em quantitativo, isto significou que o valor depositado em bancos (como em poupança ou reservas) representou apenas 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB), em comparação, nos EUA no mesmo período foram 6,3% do PIB (SACHS, 1995). Como o dinheiro desvalorizava muito rápido, não era vantajoso guardar em espécie. Até mesmo o governo realizava a queima de reservas, o montante junto ao Banco Central representava 0,2% do PIB, ao passo que os EUA possuíam 1% do PIB em reservas de mercado (SACHS, 1995, p. 185).

TABELA 1 – A HIPERINFLAÇÃO NO BRASIL

Anos	PIB	Invest./ PIB (preços correntes)	Invest./ PIB (preços constantes)	Inflação (INPC)
1979	7,2	22	22,9	70,7
1980	9,1	22,3	22,9	99,7
1981	-3,1	23,1	21	93,5
1982	1,1	21,1	19,5	100,3
1983	-2,8	16,7	16,9	178
1984	5,7	15,7	16,2	209,1
1985	8,4	19,2	16,7	239
1986	8	19,1	19	58,6
1987	2,9	22,3	18,3	396
1988	-1	22,8	17	994,3
1989	3,3	24,9	16,7	1.863,60
1990	-4	21,7	16	1.585,20

FONTE: PEREIRA, 1997

Além da hiperinflação, o Brasil da década de 1980 estava estagnado economicamente, chegando a encolher o PIB em alguns períodos (TABELA 1). Havia problemas estruturais que impediam o progresso industrial e comercial, como no setor das telecomunicações, energia e transporte. Em comparação com outros países considerados à época como de “primeiro e segundo mundo”, o Brasil estava com seu desenvolvimento atrasado, refletindo em uma pobreza generalizada. Luiz Carlos Bresser Pereira, em seu livro “Economia brasileira uma introdução crítica” (1997), faz uma análise destacando alguns pontos acerca do subdesenvolvimento nacional:

O subdesenvolvimento industrializado que define a economia brasileira não é caracterizado nem por pobreza generalizada, nem por baixo nível tecnológico e reduzida produtividade do trabalho em todos os setores da economia, mas por quatro desequilíbrios estruturais: (1) a concentração de renda, ou seja, os altos lucros e ordenados e os baixos salários, que acabamos de examinar; (2) os desequilíbrios regionais; (3) o desequilíbrio entre a indústria e a agricultura; e (4) o desequilíbrio entre o setor monopolista e estatal e o setor competitivo da economia brasileira (PEREIRA, 1997, p. 95).

Na época, outro problema a ser resolvido estava no campo da educação, pois boa parte da população brasileira era analfabeta. No Censo realizado em 1980 foi constatado que 25,5% das crianças (maiores de 10 anos) e adultos eram analfabetos. A quantidade caiu para 18,9% na pesquisa realizada pelo IBGE em 1991, já no governo Collor (TABELA 2).

TABELA 2 – ANALFABETISMO BRASILEIRO

Ano do Censo	População		
	Total	Não alfabetizada	
		Nº	%
População de 10 anos ou mais			
1940	29037849	16452832	56,7
1950	36557990	18812419	51,5
1960	48839558	19378801	39,7
1970	65867723	21638913	32,9
1980	87805265	22393295	25,5
1991	112860254	21330966	18,9
2000	136881115	17552762	12,8

FONTE: IBGE, 1991

A estagnação econômica, a longa hiperinflação e a dívida externa contraída pelos empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) fizeram com que o Brasil atrasasse seu desenvolvimento interno em diversas áreas, como saneamento básico e educação, criando uma atmosfera de incertezas, propiciando que discursos radicais tomassem conta do debate político das eleições de 1989 (PEREIRA, 1997, p. 27).

Nesse cenário de recessões e instabilidades políticas no Brasil, vale ressaltar que Luiz Inácio Lula da Silva, até então líder sindical, era um dos candidatos preferidos à presidência naquele ano (1989), porém seu nome foi associado ao comunismo/socialismo, e acusado de pretender implantar uma ditadura no Brasil. Inclusive o candidato Collor afirmava em seus discursos de campanha eleitoral que Lula iria confiscar a poupança de todos os brasileiros assim que fosse eleito, o que causou uma onda de repúdio e medo (CARVALHO, 2006). Ironicamente, ao tomar posse na presidência no dia 15 de março de 1990, Collor anunciou seu plano de governo e, no dia seguinte, instaurou o confisco de toda poupança que continha valor superior a Cr\$ 50.000,00, anunciando que seria devolvida em até 18 meses depois, o que não aconteceu.

1.3 1989: A CAMPANHA POLÍTICA DE COLLOR

Fernando Collor foi governador do estado de Alagoas de 1987 a 1989, Estado com baixa representatividade política, visto que os maiores colégios eleitorais estão na região sudoeste. Sua família possuía tradição política, pois o ex-presidente é filho de Arnon Afonso de Farias Mello, que foi governador de Alagoas (1951-1956) e senador pelo mesmo Estado de 1963 a 1981. Mas, na esfera política, acreditava-se que Collor ainda não era um nome expressivo para concorrer a presidência. Por isso, era necessário um investimento massivo em propagandas políticas para criação e divulgação de sua imagem nacionalmente. Assim, Collor se apresentou nas mídias da época como um homem jovem, educado, atlético e esportivo, portador de faixa preta em Karatê e corredor, rompendo com a imagem do político tradicional e sedentário, reforçando, assim, a ideia de que sua figura representava a modernidade e a juventude (FIGURA 2).

FIGURA 2 – COLLOR SE EXERCITANDO



FONTE: Revista Manchete, Rio de Janeiro, nº 194, setembro, 1989, p. 7.

Mais que isso, Collor afirmava que se distinguia dos demais políticos, e que teria coragem para trazer e realizar as mudanças tão essenciais que o Brasil precisava naquele momento. Logo recebeu uma intensa atenção midiática, e foi favorecido por vários veículos de comunicação, em especial, pela TV Globo, a maior emissora à época.

Os meios de comunicação de massa, a televisão e a TV Globo, em especial, jogaram um papel-chave no processo. [...] foram centrais na configuração de um 'cenário político' para as eleições, moldando as formas de pensar o país e as soluções para suas dificuldades, por meio de novelas, séries, programas humorísticos, noticiários [...] a responsabilidade pela má situação do país foi atribuída ao Estado, à corrupção e à classe política (SALLUM JR, 2015, p. 70-71).

Para tal empreendimento, Collor apresentou o slogan de sua campanha: o “Caçador de Marajás”, reafirmando aos eleitores seu compromisso em acabar com toda corrupção política que corroía o Brasil há décadas. Para ter uma identificação ampla com diversas regiões brasileiras, o candidato se descrevia como um indivíduo que se sentia metade carioca, porque nasceu no Rio de Janeiro, e metade nordestino, porque morava e atuava politicamente em Alagoas, além de sua família ser alagoana.

Para parte da elite econômica brasileira, Collor simbolizava a aclamada mudança liberal, visto que sua campanha foi fortemente construída em torno de temas como: abertura do mercado ao capital estrangeiro, estabilidade financeira e privatizações de setores estratégicos. Uma revista do período assim certificava o potencial do candidato aos eleitores brasileiros: “O

candidato Collor de Mello tem a chance de verificar pessoalmente o sucesso dos programas de privatização e de recuperação da Europa, nos contatos diretos com os principais líderes europeus” (REVISTA MANCHETE, nº 1941).

No mais, estrategicamente, Collor afirmava não ser de direita ou esquerda, pois entendia que estas eram definições “atrasadas”, entretanto, afirmava que sempre se opôs aos modelos comunistas vigentes, destacando o fracasso da Alemanha Oriental, reafirmando, assim, sua agenda capitalista. Ademais, colocava-se sempre como signatário da modernidade, que para ele significa enxugar a máquina estatal e a intensificação do fluxo mercantil internacional (NOBLAT, 1989).

1.4 BRASIL: UM PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

O plano elaborado pelo governo Collor foi estabelecido legalmente a partir do documento “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”, lançado em 1991. O documento apresenta-se dividido em 4 partes: Introdução, O Papel do Estado, Prioridades para a Reconstrução Nacional e Cidadania e Direitos Fundamentais. Como já exposto anteriormente, a proposta deste trabalho é identificar e demonstrar nesse plano as diretrizes que expressam a influência ideológica que orientou a sua construção, em especial, o liberalismo econômico, que enfatiza o papel do capitalismo em detrimento das iniciativas estatais e suas ramificações, como o neoliberalismo. Segundo Bobbio (2004), o capitalismo, distinto de outros modos históricos de produção, pode ser caracterizado como:

[...] a) propriedade privada dos meios de produção, para cuja ativação é necessária a presença do trabalho assalariado formalmente livre; b) sistema de mercado, baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal; c) processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro (BOBBIO, 2004, p.141).

Logo, para Bobbio (2004), a definição do capitalismo vai muito além do sistema de produção, pois promove uma alteração profunda nas relações sociais, políticas e internacionais. No liberalismo moderno, o Estado deve se limitar a fornecer os serviços básicos, como segurança, educação e saúde, e transferir para a iniciativa privada as demais demandas produtivas. Assim, “A economicização e a socialização do Estado acabam na privatização do seu aparelho ou administração, expressa na forma de uma crescente autonomia em relação ao poder do Parlamento e na subordinação a grupos específicos de interesse” (BOBBIO, 2004, p. 406).

Diante dessas premissas do liberalismo moderno, há de se destacar que o sucesso estadunidense no pós-Guerra Fria, em termos econômicos e industriais, criou um modelo de gestão política que foi copiado parcialmente nos países latino-americanos.

[...] países do chamado Terceiro Mundo, nem todos socialistas, mas contando muitos deles com uma expressiva presença do Estado em suas economias [...] experimentaram, igualmente, a partir dos anos 80, uma diminuição sensível no grau de intervenção governamental, que se manifestava sobretudo pelo alto grau de subsídios alocados a diferentes setores e pela fixação de preços em setores considerados estratégicos. Paralelamente, foi operado um processo de abertura econômica, de liberalização comercial e, de modo geral, de mais ampla exposição dos sistemas econômicos nacionais à concorrência estrangeira (SARAIVA, 2001, p. 98).

No primeiro Consenso de Washington⁴, em 1989, os especialistas econômicos sugeriram uma série de recomendações aos presidentes da América Latina para contornar a crise inflacionária e endividamento. Dentre as medidas propostas, estavam o reajuste fiscal e a abertura para o comércio internacional, reduzindo o protecionismo econômico.

Era, entretanto, ‘neoliberal’ na medida em que havia nele um claro viés pró-mercado. Este viés era compreensível, dado o estatismo e o protecionismo que haviam caracterizado o período anterior. O Brasil, como a maioria dos países em desenvolvimento altamente endividados, necessitava de ajustamento fiscal e de reformas orientadas para o mercado, especialmente de maior abertura comercial (PEREIRA, 2002, p.14).

No plano Collor, muitos desses princípios liberais estão expostos e serão destacados e comentados a seguir. Na introdução do “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”, Collor reconhece a condição que o Brasil se encontrava naquele momento, sublinha como problemas estruturais do país a pobreza, a estagnação econômica e o déficit público. Além disso, demonstrava preocupação com a pífia atuação brasileira diante do mercado global:

Em decorrência da reorganização dos mercados e da acirrada competição provocada pela emergência de novas lideranças entre os países industrializados, as vantagens competitivas tradicionais, sobre as quais se assenta a participação do Brasil no mercado internacional, vêm sendo erodidas (COLLOR, 1991, p. 25).

Diante desses e outros posicionamentos de Collor, o economista Luiz Carlos Bresser Pereira afirma que o presidente demonstrava ser um “liberal moderno”, ou seja, um político que valorizava o papel da iniciativa privada, mas sem limitar a atuação do Estado. Na concepção de

⁴ Conjunto de medidas econômicas neoliberais voltadas para os países da América Latina. As recomendações foram desenvolvidas pelo governo norte-americano em conjunto com FMI e Banco Mundial, e apresentando aos presidentes em 1989, na cidade de Washington.

Collor, o governo possuía o papel de fomentar o comércio internacional, que seria feito em parceria com as empresas privadas. Entretanto, não limitava a interferência estatal na iniciativa privada, muito pelo contrário, ela seria um dos alicerces do plano do seu governo (PEREIRA, 1991, p. 5). Em outro trecho do plano, podemos notar a preocupação do governo perante a economia e suas intenções de intervenção estatal:

O Governo Federal vem trabalhando firmemente nesse sentido. Em primeiro lugar, criando as condições para reverter definitivamente o processo hiperinflacionário a partir da recuperação dos instrumentos de política econômica, notadamente, pelo processo de saneamento financeiro e operacional do setor público (COLLOR, 1991, p. 26).

Para o governo Collor, a saída para retomar o crescimento econômico e romper com a estagnação financeira na década de 1990 seria apostar na iniciativa privada que, no seu ponto de vista, fomentaria a criação de empregos e a geração de receita, além de aumentar a produção interna, uma perspectiva sempre presente na ideologia liberal. Esse pensamento desenvolvimentista norteava os discursos de Collor, que se inspirava nas nações mais ricas e buscava copiar o modelo de sucesso de países como EUA, Alemanha, Reino Unido e Japão. No seu plano de governo fica evidente o esforço para tornar o Brasil uma referência na política liberal, porém, determinando um papel para o Estado: “A tarefa de modernização da economia terá na iniciativa privada seu principal motor. Ao Estado cabe, porém, um importante papel de articulador dos agentes privados, com vistas a mobilizar esse conjunto de forças em direção aos objetivos de progresso e justiça social (COLLOR, 1991, p. 33).

Outro tema recorrente nos discursos do ex-presidente Collor era a reestruturação do funcionalismo público, que também compunha seu plano de reconstrução do país. Segundo Collor, o Estado brasileiro estava “inchado”, ou seja, com excedente na quantidade de funcionários, gerando desperdício de gastos. A saída apontada para criar um Estado enxuto seria a demissão de trabalhadores públicos e a extinção de pastas dentro do governo: “O número excessivo de funcionários e a superposição das atribuições de órgãos exemplificam a má utilização de recursos públicos. Para que o Estado possa, efetivamente, desempenhar bem suas funções, é necessário transformar a serviço público em serviço para o público (COLLOR, 1991, p. 38).

Por outro lado, a proposta era retirar algumas atribuições do Estado, tornando a sociedade desregulamentada e menos burocrática. No projeto de reconstrução nacional, a política de desregulamentar e enxugar o Estado faziam parte das medidas para se alcançar o desenvolvimento brasileiro:

[...] o Governo Collor iniciou, ao lado da política de estabilização, um programa abrangente de reformas estruturais visando à modernização produtiva da economia brasileira. Este programa agrega a política industrial e do comércio exterior e as diretrizes da política agrícola, que foram delineadas em junho e setembro do ano passado, respectivamente. A elas devem se articular outras reformas importantes como a privatização, a reforma do mercado de capitais, a reforma educacional e a nova política para investimentos em infra-estrutura, complementando o esforço de modernização produtiva. Estas propostas de reestruturação competitiva estão atualmente em discussão nos fóruns criados para articular as ações do Governo Federal, governos estaduais e do setor privado (COLLOR, 1991, p. 46).

Na propaganda governamental o funcionalismo público significava desperdício financeiro e ineficiência, portanto, as privatizações seriam indispensáveis para atingir o desenvolvimento do país. As empresas estatais foram vistas e apresentadas à sociedade brasileira como retrogradadas, corruptas e ineficientes no ponto de vista econômico, ao invés de trazerem lucros ao Estado traziam ônus, portanto, precisavam ser privatizadas, ou seja, repassadas à iniciativa privada para serem modernizadas. De forma que a política de privatizações do governo Collor expressa em seu plano representava três vantagens do ponto de vista liberal. Primeiramente, teria a função de cooptar recursos, dinheiro que seria usado para investimentos estruturais tão necessários para um país parcialmente sucateado, além do pagamento da dívida pública. Segundo, para atrair grupos empresariais da iniciativa privada, que ocupariam o espaço deixado pelo governo e, por fim, o setor privado, que representava eficiência ao passo que o setor público era conhecido pela corrupção e ineficácia. Todo recurso arrecadado iria para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, posteriormente, financiaria empréstimos para empresas privadas e pagamento de contas governamentais.

Coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Programa Nacional de Desestatização é fundamental para a redefinição da atuação do Estado, restringindo o investimento às áreas em que ele é necessário. Constitui, também, instrumento de redução da dívida pública, concorrendo, assim, para o saneamento financeiro das contas governamentais (COLLOR, 1991, p.46).

É importante lembrar que o Brasil na década de 1990 estava em descrédito com o mercado internacional após diversas crises inflacionárias, afugentando investidores de outros países. Além disso, a desvalorização nacional se agravou com o não pagamento da dívida externa, gerando a desconfiança de que o país daria um novo calote no Fundo Monetário Internacional (FMI). Então, para receber empresas multinacionais no território brasileiro, Collor anunciou, no capítulo III do seu plano de governo, a sua pretensão de remoção de várias medidas protecionistas, que taxavam os produtos importados.

No início dos anos 80, a manutenção de proteção elevada e indiscriminada contra as importações, além da concessão abusiva de reduções fiscais e subsídios, comprometeram o dinamismo da economia e levaram à estagnação da produtividade. De um lado, por limitar de maneira significativa a pressão da concorrência sobre a produção local – sobretudo nos setores cujos mercados são usualmente oligopolizados –, restringiu o estímulo às empresas para reduzir custos e melhorar a qualidade dos produtos (COLLOR, 1991, p. 45).

Vale ressaltar que a consequência direta dessa política implementada no governo Collor se desdobrou em prejuízos na produção nacional, que nunca mais conseguiu competir em alguns setores, como na indústria automobilística. O sonho do carro nacional acabou, simbolizado pela falência da Gurgel, maior fabricante de carros brasileira. O historiador Michel Willian Zimmermann Almeida produziu um trabalho sobre a marca Gurgel, em que constatou, na época, a dificuldade das empresas brasileiras em competir com as multinacionais, pois estas possuíam reservas de mercado e estrutura de produção tecnologicamente superior, então, as empresas brasileiras não conseguiram disputar com grupos que estavam operando no mercado há quase um século:

Orientado por uma visão econômica de livre mercado, Fernando Collor de Mello, logo cumpriu sua promessa de abertura econômica. Com as Medidas Provisórias 158 e 161, seguidas das novas Diretrizes Gerais da Política Industrial e de Comércio Exterior, rapidamente a indústria brasileira viu-se tendo de competir com a indústria internacional (ALMEIDA, 2016, p.184).

Também foi solicitado a renegociação da dívida externa em parcelas que eram possíveis serem pagas sem estagnar completamente a economia. Todas estas medidas de cunho liberal tinham um único objetivo: mostrar para os investidores de outros países que o Brasil era um destino confiável para aplicação de fundos financeiros. No Projeto de Reconstrução Nacional, a preocupação em atrair recursos de outros países por meio da iniciativa privada fica evidente em vários momentos: “O capital estrangeiro deverá ocupar papel relevante na retomada do crescimento, não apenas como complemento a poupança doméstica, mas sobretudo por se constituir em importante canal de comercialização externa dos bens e serviços produzidos internamente (COLLOR, 1991, p. 72).

Enfim, a partir do que foi apresentado e analisado no primeiro capítulo dessa monografia sobre o plano de “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional”, podemos constatar que o ex-presidente Fernando Collor de Mello precisava, naquele momento, elaborar meios de contornar a hiperinflação e retomar o crescimento econômico do país, que estava estagnado. Por meio do seu plano de governo foi possível observar vários elementos característicos da política liberal, como as propostas de enxugamento do Estado, as políticas de privatizações de empresas estatais

consideradas deficitárias, a defesa do livre comércio internacional, removendo as medidas de proteção econômica, a redução do funcionalismo público, a desregulamentação de setores do mercado nacional e a cooptação de investimentos estrangeiros.

Também foi possível encontrar no documento em estudo, diretrizes e políticas de Estado que reafirmavam seu compromisso com o mercado internacional, visto que colocava o pagamento da dívida externa como uma das prioridades do governo. Em uma década extremamente polarizada entre socialistas e capitalistas, apesar de já ter acontecido a derrocada do bloco socialista e findado a Guerra Fria, o Projeto de Reconstrução Nacional é um documento histórico que mostra ao mundo que o Brasil se comprometia com as reformas previstas pelo liberalismo econômico e impostas aos países em desenvolvimento.

2. ESTATAIS GOIANAS: CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA E PRIVATIZAÇÃO

O estado de Goiás, em 1930, era considerado pouco desenvolvido, com produção agrícola de autossuficiência que atendia apenas o mercado interno, extração mineral com baixo rendimento e com uma capital de difícil acesso e sem perspectivas de crescimento, considerada como “atrasada” (MELLO, SILVA, 2013, p. 67). Ademais, pela sua localização geográfica, Goiás se encontrava praticamente isolado das demais regiões, com vínculos comerciais inexpressivos e pouco povoado.

A produção de alimentos no Brasil precisava aumentar para acompanhar o crescimento demográfico, principalmente nas regiões litorâneas. Diante dessa demanda nacional, o desenvolvimento de Goiás se tornou estratégico para o crescimento do país durante o governo de Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945 e 1951-1954), que por meio do projeto “Marcha para o Oeste” concedeu empréstimos para construção de uma nova capital, que passou de Vila Boa para Goiânia (MELLO, SILVA, 2013, p. 71). Para descentralizar a economia (que antes se concentrava em capitais litorâneas) e aumentar a produção agrícola, Vargas realocou recursos para o estado de Goiás, promovendo crescimento demográfico e melhorias em infraestrutura.

O discurso da Marcha para o Oeste, na pretensão de Getúlio Vargas, era uma estratégia de defesa das fronteiras por meio da ocupação do interior do Brasil, que se apresentava pouco povoado. Persistia a necessidade de encontrar soluções para antigos entraves, como a migração, a concentração demográfica nos centros urbanos litorâneos e a necessidade da produção de alimentos para suprir o mercado interno (MELLO, SILVA, 2013, p. 80).

O segundo momento de transformações econômicas na história recente de Goiás se deu na década de 1970, quando houve um grande avanço desenvolvimentista. O Estado se tornou autossuficiente na produção de insumos agrícolas. Então a produção agrícola passou a ser uma das principais atividades econômicas de Goiás.

A expansão da exportação de produtos agrícolas na década de 1970 ainda levou o Governo a promover a interiorização da produção agrícola, ou seja, expandir as fronteiras da lavoura em direção às terras ainda comercialmente inaproveitadas, o Centro-Oeste, principalmente, as áreas de cerrado, em Minas Gerais, Sul de Goiás e Mato Grosso (FERREIRA NETO, 2019, p. 46).

O estado de Goiás passou por transformações em sua infraestrutura com a criação de empresas, em especial, a Centrais Elétricas de Goiás S.A (CELG), que democratizou o fornecimento de energia, antes restrito a uma pequena camada da sociedade, a

Telecomunicações de Goiás (TELEGOIÁS), que foi responsável por interligar o Estado às grandes metrópoles por meio dos cabos telefônicos, o Banco do Estado de Goiás (BEG), que financiou boa parte dos empreendimentos privados e públicos, tão caros para o desenvolvimento goiano, a Metais de Goiás (METAGO), que foi uma mineradora que além de extrair matéria prima, se tornou a principal fonte de empregos e rendas de várias cidades goianas, como Niquelândia, Catalão e Ouidor, e a Goiás Fertilizantes, (GOÍASFERTIL), que produziu insumos agrícolas, que antes eram importados. Todas estas estatais foram concebidas em um contexto nacionalista, quando o Estado, por meio da concessão de empréstimos e incentivos, criava empresas para suprir as necessidades da região. Neste momento, as atividades de empresas estrangeiras no país eram combatidas, como em 1930, quando a produção mineral foi nacionalizada por Getúlio Vargas (FERREIRA NETO, 2019, p. 29).

Entretanto, como demonstrado no primeiro capítulo dessa monografia, no início da década de 1990, no governo Collor, as empresas estatais passaram a ser vistas como um problema. As reformas econômicas liberais propostas pelos ex-presidentes Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) buscavam limitar o papel do Estado em diversos setores, transferindo para a iniciativa privada a responsabilidade de ofertar serviços como energia elétrica, telecomunicações e atividades bancárias. As reformas liberais também influenciaram mudanças estruturais nos Estados, podendo ser observadas por meio das privatizações.

Durante a campanha presidencial de 1989, a privatização se tornou uma das questões enfatizadas por Collor. Isso marcou uma nova fase. Até então, a imprensa não cobria muito o tema. O Brasil ainda acreditava que o desenvolvimento econômico fosse indissociável do Estado. A privatização e a presença estrangeira eram encaradas com hesitação (FISHLOW, 2011, p. 70).

Todo o empenho foi dado à venda de empresas estatais, visto que defendiam na época que essa transação possuía uma vantagem imediata: aumentar o dinheiro em caixa, pois todo recurso arrecadado com a negociação retornaria para os cofres públicos. Este montante poderia ser usado para pagamento de dívidas ou financiamento de obras e reformas.

O motivo, de acordo com a revista Economist, era duplo: o primeiro era reduzir as dimensões do Estado, em busca de maior eficiência econômica; o segundo era arrecadar dinheiro. Essas esperanças muitas vezes entram em choque. Em geral, o sucesso do programa de privatização de um governo dependerá da maneira pelo qual esse dilema venha a ser resolvido (FISHLOW, 2011, p. 68).

Outra vantagem da privatização defendida era que deveria repassar o controle de uma empresa estatal para a administração privada, que se esperava ter maior eficiência econômica,

pois esta teria compromisso com a lucratividade e estaria livre de interferências políticas. Também havia expectativa de que a gestão privada possuía recursos administrativos mais rigorosos, que puniam atitudes que pudessem trazer prejuízos financeiros e valorizavam o bom profissional.

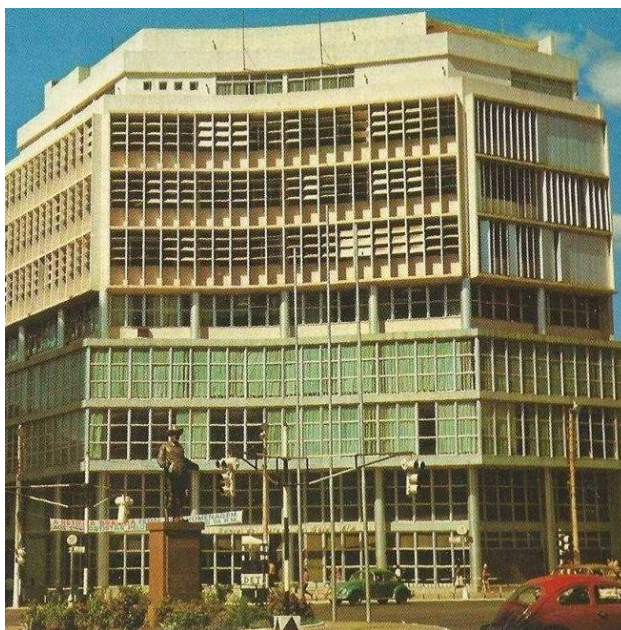
Essa incapacidade de distinguir a boa e má administração, e a consequente falta de mecanismos adequados de punição por erros cometidos e recompensas por bons resultados, amplia o que os economistas chamam de risco moral, ou seja, tende a aumentar a proporção de maus administradores na direção dessas instituições (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 26).

Diante desse cenário de condenação das empresas estatais e de crença inexorável na eficiência das empresas privadas, como afirma Ferreira Neto (2019), a partir da década de 1990, o estado de Goiás privatizou várias empresas, inclusive em departamentos estratégicos, como serviços básicos. As privatizações ocorreram de forma arbitrária, sem levar em consideração a qualidade dos serviços prestados, a importância social que as empresas tinham para a região que elas pertenciam (como foi a privatização da Goiasfertil em Catalão/Ouvidor, que será apresentado mais a frente), e ignorando o futuro dos trabalhadores da empresa, que não sabiam se continuariam empregados após a privatização.

2.1 BANCO DO ESTADO DE GOIÁS (BEG)

O Banco do Estado de Goiás (BEG) foi idealizado pelo ex-governador de Goiás e fundador de Goiânia Pedro Ludovico Teixeira (1951-1955), que aprovou a Lei nº 586, de 14 de novembro de 1951, tornando legítimo a criação de um banco de capital misto, em parceria entre o estado de Goiás, o Banco Imobiliário e o Mercantil do Oeste Brasileiro S.A. Sua inauguração aconteceu no dia 18 de maio de 1955, já na gestão do governador José Ludovico de Almeida (1955-1959), contando com apenas 35 funcionários distribuídos em 6 filiais nas principais cidades goianas. No aniversário de 9 anos do BEG, em 1964, foi inaugurado a nova sede, um prédio emblemático no cruzamento entre a Av. Anhanguera e Av. Goiás, com estética moderna, sendo a primeiro edifício do Estado a possuir uma central de ar-condicionado (AFABEG).

FIGURA 3 – A NOVA SEDE DO BEG



FONTE: AFABEG, [S.D.]

Na época, o propósito da criação de um banco estadual era facilitar o financiamento de empreendimentos de empresários goianos e iniciativas estatais, que antes tinham que recorrer a empréstimos em bancos de outros Estados do país, além de abrir linhas de crédito e poupança para a população local. A criação de um banco estadual estava interligada a um plano de desenvolvimento do país, apoiado no nacionalismo varguista, que impulsionou e intensificou as mudanças modernistas em Goiás.

Goiás precisava se desenvolver [...]. Coube então ao Governador Pedro Ludovico Teixeira – que, como Interventor Federal, em 1933, lançou a pedra fundamental da nova capital – sancionar a Lei nº 586, de 14 de novembro de 1951, autorizando providências para a constituição de um banco estadual. Assim, imediatamente procurou-se o melhor meio para a sua formação, o que se deu com a compra dos controles acionários de algumas casas bancárias e do Banco de Goiás S.A., que foram incorporados ao Banco Imobiliários e Mercantil do Oeste Brasileiro S.A., este com sede em Anápolis, após o que surgiu o Banco do Estado de Goiás S.A. (AFABEG, [s.d.]).

Em 1995 o BEG foi federalizado, e suas dívidas pagas. Naquele ano, o banco estava devendo R\$ 417 milhões. Apesar de pesquisa em jornais e revistas da época, não foi possível identificar o motivo da contração da dívida do BEG. Também há uma escassez de notícias vinculadas ao funcionamento do banco durante boa parte do seu período de funcionamento.

Entretanto, apesar de sua trajetória e importância para o desenvolvimento do Estado e para a sociedade goiana, em agosto de 2001 foi anunciado a venda do BEG, em formato de leilão. O BEG até aquele momento possuía 151 agências, sendo 26 na região metropolitana de Goiânia, 122 em outros municípios e 3 em outros estados.

FIGURA 4 – LOGOMARCA DO BEG



FONTE: AFABEG, [S.D.]

No dia 04 de dezembro de 2001 o Banco do Estado de Goiás foi vendido ao Itaú Unibanco S.A. por R\$680 milhões de reais, valor que correspondia a 121,15% do preço mínimo (SALVIANO JUNIOR, 2004, p. 130). Na época, o ex-governador de Goiás Marconi Ferreira Perillo Júnior (1999 - 2006 e 2011 – 2018) justificou a venda, disse que o BEG era um “banco descreditado”, e que a venda havia sido um sucesso (SOARES, 2001). Diante da situação de insegurança e incerteza dos funcionários do antigo BEG, segundo Soares (2001), o diretor executivo do ITAÚ, Ronald Anton de Jongh, tentava remediar a situação afirmando que não haveria “sobreposição de agências”. Essa foi uma estratégia usada para descartar “o fechamento de unidades e demissões em massa” (SOARES, 2001). O BEG, naquele momento, tinha um quadro de 1.700 funcionários e 350 mil correntistas, que foram admitidos pelo Banco Itaú.

2.2 TELECOMUNICAÇÕES DE GOIÁS (TELEGOIÁS)

A telefonia em Goiás começou em 1943, com a Companhia Telefônica de Goiás, COTELGO, que possuía cerca de 80% de todos os telefones disponíveis no estado, sendo um serviço utilizado apenas pela elite econômica goiana. Em novembro de 1972, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi criada a empresa estatal Telecomunicações Brasileiras (TELEBRÁS)⁵, com objetivo de modernizar o setor telefônico e interligar as

⁵ Regulamentada pela Lei Federal nº 5.792, de 11/07/1972

diferentes regiões do Brasil. Os anos entre 1968 e 1973 ficaram conhecidos como “milagre econômico⁶”, período marcado pela entrada de empresas multinacionais no país, em especial, no setor automobilístico e indústria. Portanto, nesse período, os investimentos na infraestrutura telefônica se tornaram estratégicos para acompanhar o crescimento nacional.

A TELEBRÁS se dividiu em subsetores, dividida por Estado. Em Goiás a empresa estatal foi criada em 1974, assumindo o patrimônio da COTELGO, que na época possuía 32 mil clientes. Havia apenas 0,97 telefones a cada 100 habitantes, menos de 1% (LOPES, 1984, p. 1).

FIGURA 5 – LOGOMARCA DA TELEGOIÁS



FONTE: LOPES, 1984

O desafio da TELEGOIÁS era reestruturar o cabeamento, em especial para chamadas interurbanas, já que o estado de Goiás estava isolado do resto do país, sendo considerado uma “zona muda”, que não poderia ligar para outros estados.

Por muito tempo as telecomunicações brasileiras permaneceram estagnadas. Essa estagnação gerou enormes prejuízos ao desenvolvimento sócio-econômico do País. Somente na década de 60 é que o Brasil passou a despertar para o importante papel das telecomunicações, como elemento fundamental para integrar o imenso território nacional (LOPES, 1984, p. 3).

Em 1997, durante o governo FHC (1994-2002), acontecia a privatização das empresas de telecomunicações no país, justificada pelo alto preço dos serviços e pela sua baixa qualidade.

⁶ O termo “milagre econômico” foi muito utilizado principalmente pela imprensa oficial nacional e internacional, buscando explicar o crescimento rápido de dados da economia brasileira no período referido. Segundo Habert (1992, p.11), “as empresas multinacionais consideravam o Brasil área segura e rentável para seus investimentos”, sendo assim, a princípio, as indústrias multinacionais mais estimuladas para investir no Brasil foram as automobilísticas, seguidas das químicas e farmacêuticas. Contudo, o desenvolvimento maior foi o das indústrias estrangeiras de bens duráveis (elétrica, autopeças, veículos, eletrodomésticos) e mesmo que o desenvolvimento maior tenha sido na área de bens duráveis, a indústria em geral teve seu crescimento intensificado (PAULINO, 2020, p. 563).

Em Goiás, a situação não era diferente, a TELEGOIÁS foi vendida para a Brasil Telecom, empresa atuante na região Centro Oeste (GO, MS, DF e MT), Sul (RS, PR, SC) e parte do Norte (AC, RO, TO). Neste período, o governador do Estado de Goiás era o Luís Alberto Maguito Vilela (1995-1998). Entre todas as privatizações que aconteceram na década de 1990, as ocorridas nas empresas de telecomunicações foram as que tiveram maior sucesso, sendo muito bem recebidas entre a população.

Vale ressaltar que antes de 1997, a instalação de uma linha telefônica na capital de São Paulo era de R\$ 1.117,63 (salário-mínimo era de R\$ 120,00⁷), e nas cidades do interior do Estado o valor variava entre R\$ 7.000 e até R\$ 9.000. O custo mensal de uma linha era de 0,44 centavos. Para que o preço da linha fixa residencial ficasse mais barato ao consumidor, a estratégia foi aumentar o valor da mensalidade de R\$ 0,44 para R\$ 11,70 e abaixar o custo da instalação, para R\$ 50,00. Anterior às privatizações, 98% dos clientes de telefonia estavam concentrados em famílias com renda superior a dez salários-mínimos. Em um ano de privatização, a quantidade de usuários de telefonia fixa residencial aumentou 20%. Na telefonia celular, também houve forte aumento na quantidade de clientes, pulando de 800 mil em 1994 para 11 milhões em 1999. (GUERREIRO, 1999).

FIGURA 6 – LOGOMARCA DA BRASIL TELECOM



FONTE: Site G1, 2008

Em 2008, a Brasil Telecom foi adquirida pela Oi S.A., antiga Telemar, que era responsável pela telefonia da região Sudeste, Nordeste e parte do Norte (exceto AC e RO), empresa que também foi criada durante o período das privatizações de 1997, comprando as telefônicas dos respectivos Estados. A junção das duas empresas criou o que foi chamado

⁷ Homologado pela Lei Federal nº 9971, de 2000

“Supertele”, por prestar serviço em todos estados brasileiros e pela quantidade de clientes: 22 milhões em telefonia fixa e 20 milhões em telefonia móvel.

A nova operadora passará a ser controlada por dois sócios brasileiros: Carlos Jereissati, do Grupo LaFonte, e Sérgio Andrade, da Andrade Gutierrez. Além de usar dinheiro próprio, eles usariam empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para completar o dinheiro necessário para concretizar o negócio. Os dois empresários teriam o controle da nova operadora (G1, 2008).

A negociação esbarrou na legislação das telefônicas, e a lei do Plano Geral de Outorga (PGO) teve que ser alterada para que a compra fosse possível. Além das mudanças na lei, a criação da “Supertele” dependia do apoio federal, visto que a Oi/Telemar não possuía capital suficiente para realizar a compra, necessitando de empréstimo ao BNDES para concluir a aquisição da Brasil Telecom. Este modelo de negócio é classificado por Bobbio (2004) como neocorporativista⁸, quando o Estado passa a atuar em prol de interesses privados de empresários, no caso do BNDES e a fusão da Oi/Telemar, por meio de concessão financeira.

2.3 CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S.A (CELG)

Desde 1936 a cidade de Goiânia já contava com a usina hidroelétrica Jaó, construída para suprir as demandas de energia elétrica da nova capital de Goiás, porém, somente em 1956 é que foi criada a Centrais Elétricas de Goiás S.A (CELG)⁹, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961). Na época, a eletricidade era fundamental para o desenvolvimento goiano e para construção de Brasília, portanto, a criação da CELG foi estratégica para modernizar o estado de Goiás. Além disso, o surgimento da CELG era parte do plano de criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), no qual cada Estado teria uma central própria de distribuição elétrica (CASTILHO, ARRAIS, 2012, p. 6).

A questão é que, em Goiás, a mudança da capital para Goiânia simbolizava o anseio pela modernização, o que tornava a energia elétrica cada vez mais indispensável. É por isso que em 1936 foi construída a usina do Jaó, no rio Meia Ponte – nas proximidades da nova capital. De acordo com o Centro de Memória da Celg, em 1939 foi criada a empresa Força e Luz de Goiânia Ltda., que passou a funcionar como concessionária da energia produzida para a capital. [...] Por isso que, também em 1954, foi apresentado um plano para a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), concretizado somente em 1962. O seu objetivo era coordenar técnica,

⁸ Neocorporativismo consiste, desta forma, de acordo com diversos autores, na "participação dos grandes grupos sociais organizados na formação da política do Estado, e principalmente da política econômica" (BOBBIO, 2004, p.819).

⁹ Homologado pelo Decreto Federal nº 38.868, de 1956

financeira e administrativamente o setor de energia elétrica brasileiro (CASTILHO, ARRAIS, 2012, p. 5-6).

A CELG possuía importância ímpar para Goiás, visto que era a única empresa que oferecia o serviço para população, e foi responsável por trazer a modernização ao Estado, de modo que os municípios que não tinham energia elétrica eram considerados atrasados.

A energia, como argumentamos, tornou-se um insumo imprescindível e um possível elemento para a compreensão da modernização do território goiano. Tradicionalmente, o consumo e a produção de energia serviram como espécie de baliza para mensurar o grau de industrialização de um determinado território. De fato, a presença de energia no território permite a implementação de um número significativo de formas de produção, facilitando, de igual modo, o consumo e a circulação de mercadorias, bens e serviços (CASTILHO, ARRAIS, 2012, p.11).

FIGURA 7 – LOGOMARCA DA CELG



FONTE: Site O Popular

FIGURA 8 – USINA HIDROELÉTRICA DE ROCHEDO, CRIADA EM 1956



FONTE: fotografia de Arrais e Castilho (2011).

Entretanto, apesar de sua importância para o Estado, em 2015, a CELG foi incluída no Plano Nacional de Desestatização, durante o governo da presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016), quando várias estatais consideradas deficitárias foram leiloadas para a iniciativa privada (BNDES, 2016). O governador de Goiás, na época, era Marconi Ferreira Perillo Júnior (2011-2018).

O anúncio de privatização da empresa teve uma repercussão significativa na sociedade goiana. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (SITUEG) protestou contra a venda da CELG, pois não havia garantias de que os funcionários continuariam empregados após a privatização. A estatal, em 2016, era responsável por empregar de forma direta cerca de 1800 funcionários (G1, 2016).

“Os trabalhadores vivem um momento de incerteza muito grande, pois, até o momento da privatização, o lado dos trabalhadores, dos profissionais técnicos qualificados, não foi discutido”, afirmou o diretor do sindicato, João Maria de Oliveira. O contrato de venda não dá nenhuma garantia de que os cerca de 1.800 servidores efetivos da distribuidora continuem trabalhando (G1, 2016).

O desfecho foi a privatização de fato. A empresa italiana Enel Brasil arrematou a CELG D por R\$ 2,187 bilhões, que passou a ter direito sob a concessão da estatal.

A CELG D é a concessionária de distribuição e comercialização de energia elétrica responsável pelo atendimento de 237 municípios do Estado de Goiás, o que corresponde a mais de 98,7% do território goiano. A empresa atende a 2,61 milhões de unidades consumidoras, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km² (BNDES, 2016).

Em 2021, a antiga CELG foi leiloada novamente, pois os problemas deficitários não foram sanados pela gestão da Enel Brasil. Desta vez foi arrematada pela Portugal EDP, no valor de R\$ 1,977 bilhão (METRÓPOLES, 2021). O principal articulador da venda da Enel Goiás foi o governador Ronaldo Ramos Caiado (2019-2022), que em vários momentos, por meio de declarações públicas, se mostrou descontente com os serviços prestado pela empresa. No dia 06/12/2022 a empresa foi vendida novamente para a Equatorial Energia, pelo valor de R\$1,6 bilhões de reais.

O governador Ronaldo Caiado (DEM) afirmou que o recurso com a venda da Celg T será usado para minimizar o déficit previdenciário, que atualmente está entre R\$ 2,5 e R\$ 3 bilhões por anos, segundo ele. “É uma situação que nos preocupa, temos que ter responsabilidade fiscal” (METROPOLIS, 2021).

2.4 METAIS DE GOIÁS E A GOIÁS FERTILIZANTES S.A. – GOIÁSFERTIL

Desde o final do século XIX já era conhecido o potencial mineral na região sudeste goiana onde se encontra as cidades de Catalão e Ouidor, quando foi visitada em 1892, pela “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil¹⁰”, contratada para mapear as riquezas naturais na região central do país. Entretanto, como nos explica Ferreira Neto (2019), a mineração em Goiás somente foi “redescoberta” na década de 1970, tendo como “carro chefe” a empresa estatal Metais de Goiás (METAGO).

A Metais de Goiás S/A¹¹ foi criada durante o governo de João Belchior Marques Goulart (1961-1964) e o governo estadual de Mauro Borges Teixeira (1961-1964). A estatal foi responsável pelas pesquisas minerais no estado de Goiás, como também pela extração de minérios em vários municípios goianos, como Niquelândia, Uruaçu, Minaçu, Crixás, Catalão e Ouidor dentre outros. Com a sua criação, a Metago,

¹⁰ “[...] Foi organizada a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” que deveria realizar um estudo que determinasse dados de valor científico sobre essa região ainda desconhecida e pouco explorada naquela época. A Comissão foi formada por diversos profissionais brasileiros e estrangeiros, sendo dividida em quatro grupos, que seguiram rotas diferentes (FERREIRA NETO, 2019, p. 50).

¹¹ Homologado pelo Decreto Estadual nº 3810, de 1961.

[...] procurou resgatar direitos anteriormente concedidos a empresas privadas nacionais e estrangeiras que não haviam desenvolvido a exploração dos minérios e, ainda, prestar serviços especializados na área da mineração a empresas nacionais que se dispusessem a atuar de imediato no ramo. Toda política de tecnologia mineral do governo de Goiás era operacionalizada pela Metago que, para isso, ao longo do tempo, estruturou uma equipe técnica especializada, adquiriu equipamentos e construiu instalações apropriadas para a exploração de minérios.(FERREIRA NETO, 2019, p. 55).

Segundo Ferreira Neto (2019, p. 58-59), a Metago conseguiu com suas pesquisas “realizar descobertas e avaliar importantes depósitos minerais [...] projetou sua potencialidade (de Goiás) no setor mineral, chamando a atenção do Governo Federal”. A partir do final da década de 1960, a empresa estatal constatou com suas pesquisas um grande potencial de minérios importantes a serem prospectados nas áreas de mineração de Catalão e Ouvidor, dentre eles, o fosfato, vermiculita, titânio, nióbio, terras raras, dentre outros. Vale ressaltar que, naquele período, entre esses minérios,

Existia um grande interesse científico e tecnológico pelo nióbio, considerado um metal refratário e supercondutor. No Brasil estavam 80% das reservas mundiais conhecidas até então, o que fazia tal minério ser visto como estratégico para o país. O principal emprego comercial do ferro-nióbio estava centrado na indústria de aço, em ligas resistentes a altas temperaturas, tais como as que são usadas na indústria aeronáutica, aplicadas em certas partes de aviões e mísseis, que devem suportar elevadas temperaturas. O nióbio metálico tem também alguns usos para fins nucleares, com possibilidades de ser usado em partes de estruturas de futuros veículos aéreos movidos a energia nuclear. (FERREIRA NETO, 2019, p. 63).

Diante desse potencial e dos resultados positivos de suas pesquisas, a empresa estatal foi ganhando excelência, reconhecimento e proeminências no setor mineral nacional e internacional, e deu um salto em crescimento com a implantação de uma usina semi-industrial em Catalão/Ouvidor para “avaliar a viabilidade de uma futura Usina Industrial de beneficiamento e aproveitamento da jazida de fosfato”, visto que até aquele presente momento, a METAGO ainda não havia pleiteado uma extração de tamanha proporção, que demandava aportes financeiros muito altos.

A usina semi-industrial foi um projeto considerado muito importante para o setor mineral e constituiu um marco na pesquisa tecnológica, pois permitiu o desenvolvimento de estudos para a concentração do minério de fosfato de Catalão, que era de extrema complexidade mineralógica. Também permitiu a definição de parâmetros de engenharia para a execução do projeto industrial que culminou com a implantação da Usina Industrial. A Metago era ainda uma empresa muito jovem para enfrentar este desafio, e o Estado de Goiás não tinha experiência em conduzir qualquer pesquisa tecnológica com a complexidade e o custo demandados por aquele projeto (FERREIRA NETO, 2019, p. 66).

Daí, explica essa historiadora, a busca de associação da estatal goiana (Metago) com o governo federal que resultou na criação da empresa estatal-federal, Goiás Fertilizante S.A. (Goiásfértil) em 1978. Na época, a exploração de minérios pela Goiásfértil se tornou estratégica para o desenvolvimento nacional durante o governo de Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), em especial, o fosfato natural. Ao realizar a extração em solo goiano, planejava-se diminuir a importação estrangeira de fertilizantes, barateando os custos e reduzindo a espera. É importante ressaltar que o fosfato natural é uma das matérias-primas para a produção de fertilizantes, sendo essencial na produção agrícola. Para ampliar a produção de fosfato natural e as outras reservas minerais existentes em Catalão/Ouvidor, foi criada a Goiásfértil S. A¹², em 1978, que trabalharia em parceria com a METAGO para extração dos minérios. O Ministro de Minas e Energia Shigeaki Ueki (1974 -1979), em nome do governo federal, interveio para a criação da Goiásfértil S.A, pois o empreendimento ofertaria insumos agrícolas mais baratos, e consequentemente traria desenvolvimento ao setor agrário brasileiro, resultando em maior produção alimentícia, que diminuiria o problema crônico da fome no final da década de 1970. Neste período, Goiás passou a ser um dos principais produtores agrícolas do país, cultivando em áreas até então inutilizadas (FERREIRA NETO, 2019, p. 46).

Para o Ministro (das Minas e Energia, Shigeaki Ueki), era preciso defender a criação de um mercado de fosfato natural, que aliviaría os índices de importação. Em conversa com o presidente da Metago, o Ministro deixou claro que o “Brasil tinha pressa”. Por isso sugeriu que a empresa deveria comercializar imediatamente o fosfato natural, beneficiando um raio de 300 quilômetros ao redor de Catalão, atingindo assim não apenas a muitas regiões goianas, mas também ao interior de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso (FERREIRA NETO, 2019, p. 67).

A produção mineral em Goiás fez parte da estratégia de descentralização das indústrias, que passaram a ocupar cidades que estão no interior do Estado, atraindo desenvolvimento, aumentando sua população e valorizando o território (FERREIRA NETO, 2019, p. 80). A METAGO e a Goiásfértil também foram responsáveis pela geração de empregos de forma direta, ao empregar mão de obra e, também, de forma indireta, pois havia várias pessoas que prestavam serviços aos funcionários, como restaurantes, hotéis e bares.

Entretanto, segundo Ferreira Neto (2019), a mineração brasileira entrou em crise na década de 1980, decorrente da sobreprodução (excesso de produção em relação à procura), pois países desenvolvidos passaram a substituir as matérias-primas importadas dos países em

¹² Em 10 de abril de 1978 foi criada a Goiás Fertilizantes S.A. – Goiásfértil – objetivando o aproveitamento das jazidas de fosfato de Catalão/ Ouvidor, com a produção de concentrado de apatita para a fabricação de fertilizantes. Seu capital foi dividido em: Metago 40%, Petrofértil 30% e Fibase 30%, sendo seu capital inicial na ordem de Cr\$ 600.000.000,00 (2.349.164,10 OTN's) (CARVALHO, 1988 apud FERREIRA NETO, 2019, p. 186).

desenvolvimento. Os países desenvolvidos investiram na automação industrial e tecnologia, resultando em produção mais barata.

O Brasil, como mero exportador de matérias-primas minerais se viu diminuído diante dessa nova remodelação do capital, ou seja, a sua internacionalização, a concorrência acirrada e a alta tecnologia. O que, de certa forma já apontava para um perverso futuro, qual seja, a substituição da mão de obra barata pela automação industrial. Ainda mais crucial para o setor mineral brasileiro foi a discussão de que os países industrializados estariam substituindo matérias-primas importadas do Terceiro Mundo (FERREIRA NETO, 2019, p. 145).

Outro revés sofrido pela mineração foi a Constituição de 1988, que reformulou a tributação de impostos no setor mineral, que passou de IUM (Imposto Único sobre Minerais) para ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). Com a elevação dos impostos, a produção mineral não conseguia competir em nível internacional.

A Constituição de 1988 também promoveu a mudança na forma de tributação para o setor mineral, que de maneira geral causou descontentamento. Extinguiu o Imposto Único sobre Minerais (IUM), que foi substituído pelo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que tinha alíquotas diferenciadas por produto, fixadas pelos estados (FERREIRA NETO, 2019, p. 156).

Como já exposto anteriormente nesse trabalho, Fernando Collor, presidente eleito em 1989, propunha que a iniciativa privada deveria substituir os serviços prestados pelas estatais, com a expectativa de tornar a produção mais atrativa ao mercado internacional. Por meio do plano “Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional” de 1991, Collor já colocava em evidência que a produção de insumos agrícolas deveria ser gerida pelo setor privado.

Nesse novo contexto, o Estado deve reduzir progressivamente sua participação no financiamento e comercialização dos produtos agrícolas, abrindo espaço para maior atuação da iniciativa privada. Terá como tarefas fundamentais assegurar a estabilidade do sistema econômico, garantir o melhor funcionamento dos mercados e definir regras claras de atuação, que estabeleçam um ambiente favorável às decisões de produzir e investir (COLLOR, 1991, p.52).

Diante da crise na mineração advinda da sobreprodução da década anterior (1980) e da política de privatização das empresas estatais do governo Collor, o leilão da Goiásfértil foi promovido pelo BNDES, em 1991, sob insatisfação de vários setores contrários à privatização, em especial pelos trabalhadores da mineração, que temiam serem despedidos. Como afirma Ferreira Neto, (2019), também houve críticas sobre o processo de venda, pois transferiram a audiência da privatização para Goiânia, e por fim, para Brasília. A venda da Goiásfértil teve uma importância histórica singular, visto que foi a primeira privatização de empresa de mineração ocorrida no governo Collor, se tornando um modelo para as demais que aconteceria

a seguir. No primeiro leilão realizado não houve compradores interessados, e no segundo leilão, realizado em setembro de 1992, o consórcio Fertifós (formado por 11 empresas do ramo agrícola) arrematou a Goiásfértil S.A, após a garantia de continuação do funcionamento da empresa, além de manter os empregos. (FERREIRA NETO, p. 142, 2019). O governador de Goiás era Iris Rezende Machado (1991-1994). A Metais de Goiás S.A (METAGO), por sua vez, entrou em processo de liquidação¹³ com objetivo de encerrar suas atividades comerciais. Esse processo se prolongou ao longo de vários governos e, recentemente, foi concluído em 2022, no atual governo de Ronaldo Caiado. Encerrando, assim, uma etapa exitosa da moderna mineração em Goiás que, por opção de políticas liberais, repassou as riquezas minerais do Estado às grandes empresas multinacionais, contentando-se com o recebimento de royalties.

¹³ Diário Oficial do Estado de Goiás, p. 20, 17/05/2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil adotou de forma tardia a globalização financeira, acontecendo apenas na década de 1990, durante o governo Collor, quando, segundo Tavares (2019), o país passou a se abrir para o capital especulativo internacional. A crise econômica no período da redemocratização, a estagnação do crescimento industrial e a hiperinflação pressionaram a adoção de reformas financeiras propostas pelo Banco Mundial e FMI, que recomendaram a abertura brasileira para o capital estrangeiro, como forma de atrair recursos internacionais e contornar a crise.

O Brasil foi, dentre os países latino-americanos, aquele que adotou mais tardiamente as políticas neoliberais recomendadas pelo FMI e o Banco Mundial, por ocasião da renegociação da dívida externa mexicana de 1982, chamadas na década de 1980 de “condicionalidades cruzadas” para a adoção do plano Brady de reescalonamento da dívida (TAVARES, p. 291, 2019).

Ademais, o cenário financeiro brasileiro em 1991 foi de alta instabilidade, então o valor da moeda nacional (Cruzeiro – Cr\$) era extremamente volátil, decorrente da inflação. Para garantir a participação de investidores estrangeiros, os valores dos títulos da dívida pública foram indexados ao Dólar. De forma que vários banqueiros, investidores e empresas internacionais passaram a enxergar no Brasil a oportunidade de lucro e rentabilidade. As reformas econômicas também acompanharam as flexibilizações do mercado de trabalho, em especial no governo FHC (1994-2002).

O entusiasmo dos banqueiros internacionais com a desregulamentação do mercado de capitais levada à prática em 1991 foi tão grande que não hesitaram em entrar no novo “mercado emergente”, a despeito do caos econômico, social e político em que tinha se convertido o governo de Collor. Para enfrentar a inflação galopante exigiram, porém, a indexação ao dólar dos títulos da dívida pública que serviam de lastro à articulação interna e externa da moeda brasileira (TAVARES, p. 292, 2019).

Segundo Tavares (2019), a experiência liberal brasileira nos anos 1990 foi um fracasso, pois ocasionou aumento da dívida externa, decorrente de empréstimos junto ao FMI. A expectativa era que os sucessivos empréstimos financiassem a expansão do setor produtivo estatal, o que não aconteceu. Posteriormente, vieram as privatizações, como foi apresentado nesta pesquisa, e o Brasil acabou vendendo empresas que eram essenciais para seu crescimento, como as mineradoras e produtoras de insumos agrícolas. Na realidade, quando as empresas privatizadas lucravam, o montante era repartido entre donos e sócios. Porém, em caso de

prejuízo, o valor acabava sendo pago pela população, uma vez que o governo (por meio do BNDES) intervia para salvar as empresas, comprovando que o liberalismo não prescinde da figura do Estado. As mineradoras privatizadas, por exemplo, geram empregos e produzem matéria-prima essencial para infraestrutura brasileira. Portanto, sua falência significa uma perda para toda sociedade. Como nos explica uma economista,

[...] as estatais foram submetidas, em pouco mais de uma década de restrição externa e ajuste fiscal compulsório, ao desastre das privatizações e ao sucateamento da infraestrutura sistêmica que servia de suporte à expansão territorial do capitalismo brasileiro. Uma vez mais, para completar gloriosamente o fim do século, grandes negócios privados e enormes prejuízos públicos. [...] A precariedade estrutural da articulação financeira entre o capital nacional (mercantil, agrário e industrial) e o financiamento público e privado conduzia sempre, ao final de cada ciclo de negócios, a uma “socialização dos prejuízos”, que periodicamente destruía as finanças públicas, alimentava a inflação e induzia os governantes de todos os matizes a recorrer novamente ao endividamento externo, como uma tábua de salvação (TAVARES, 2019, p. 289, 290).

Diante dos apontamentos dessa economista sobre o processo de privatizações implementado no Brasil a partir do governo Collor, podemos concluir que as empresas estatais goianas analisadas no segundo capítulo foram criadas em um contexto político nacionalista, quando os governos federal e estadual atuavam em prol de alavancar o desempenho econômico, buscando criar soluções para o mercado em regiões que a iniciativa privada não tinha interesse ou não era lucrativo. A criação destas empresas visava atrair recursos financeiros e fomentar o desenvolvimento das cidades onde elas se instalavam, visto que havia um deslocamento humano significativo para estas regiões, pois passavam a significar para as pessoas uma oportunidade de trabalho e melhoria de vida. Várias cidades tiveram crescimento após a chegada de empresas estatais modernas, a exemplo, a construção de um polo industrial em Catalão, cidade do Sudoeste goiano, que se desenvolveu em decorrência da instalação da empresa estatal de mineração, a METAGO, e posteriormente a Goiásfértil, uma estatal-federal (FERREIRA NETO, 2019, p. 80).

Já as privatizações das empresas estatais ocorrem quando o país se adaptava ao modelo econômico liberal imposto pelo capitalismo internacional nas últimas décadas do século XX e, internamente, decorrentes das opções políticas do governo Collor, eleito presidente do Brasil no pleito de 1989, tornando-se pioneiro na utilização do liberalismo como plataforma de governo, como ficou demonstrado neste estudo, quando analisamos o seu plano de governo, BRASIL: Um Projeto De Reconstrução Nacional.

A partir do governo Collor (1990-1992), as empresas estatais brasileiras começaram a ser encaradas como um problema a ser superado por meio das privatizações, justificando o

governo repassar a responsabilidade dessas corporações para a administração da iniciativa privada. Porém, podemos afirmar com a pesquisa que tais privatizações não levaram em conta vários fatores, como a importância social das empresas para as cidades nas quais elas se instalavam, a continuidade do emprego dos funcionários destas empresas e a importância destas estatais para o desenvolvimento do país. Atualmente, a população goiana experencia no seu cotidiano os resultados muitas vezes negativos da privatização das estatais, pois não recebem bons serviços contratados entre consumidores e prestadores de serviços. Na realidade, a venda de empresas que não possuem concorrência (como a CELG) deixa a população à mercê de grupos de empresários, que em caso de rombos orçamentários, vão ser socorridos pelo Estado. Como a economista Maria Conceição Tavares salienta, “o lucro é privado, mas o prejuízo é público” (TAVARES, 2019, p. 290).

A privatização das estatais goianas, por ser ainda um acontecimento recente, não foi possível encontrar trabalhos acadêmicos sobre o tema, com exceção do estudo de Ferreira Neto (2019) sobre a privatização da mineradora Goiásfértil, por isso a dificuldade para demonstrar nesse estudo a reação da sociedade goiana às privatizações, uma vez que são escassos os materiais sobre o tema. Poucos jornais e revistas dos anos 1990 estão disponíveis para consulta, e raros são os materiais digitalizados, o que é preocupante e ao mesmo tempo instigante para continuarmos a pesquisa em uma futura pós-graduação.

Este trabalho deixou de incluir diversas problemáticas acerca dos efeitos do liberalismo econômico em Goiás, como as importações e exportações de produtos e serviços, as consequências na regulação da organização do trabalho, as parcerias público-privado e a mercantilização de serviços básicos, como saúde e educação. Penso em outro momento retomar essa discussão, que é tão importante para compreender a nossa sociedade atual.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Michel Willian Zimmermann. **Carro não se constrói, compra-se: O empreendedor brasileiro na indústria automobilística entre os anos 70 e 90.** Porto Alegre, 2016.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília, Editora UnB, 2004.

CARVALHO, Carlos Eduardo. **As origens e a gênese do Plano Collor.** Nova Economia, Belo Horizonte, 2006.

CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILO, Pedro Antonio Martínez. **Documentos básicos sobre história de las relaciones Internacionales (1815-1991).** Madri: Complutense, 1995.

CASTILHO, Denis, ARRAIS, Tadeus Alencar. Eletrificação e modernização do território em Goiás-Brasil. **Simpósio Internacional: Globalización, innovación, y construcción de redes técnicas urbanas en américa y europa 1890-1930.** Brazilian traction, barcelona traction y otros conglomerados financieros y tecnicos, 2012.

COLLOR, Fernando. **Brasil: Um Projeto de Reconstrução Nacional.** Imprensa Nacional. Governo do Brasil, Brasília, 1991.

CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da. **American way of life: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950.** 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo - Escola Superior de Propaganda e Marketing), São Paulo, 2017.

Desestatização - CELG D. **BNDES**, 2016. Disponível em: <
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/desestatizacao-celg-d>>

FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. **Política, razão e desrazão**: dimensões políticas e históricas do polo mineiro-químico industrial de catalão/ouvidor (1962-1992). Curitiba, Brazil Publishing, 2019.

FILHO, Murilo Melo. De olho no planalto: Collor de Mello. **Revista Manchete**, Rio de Janeiro, nº 1941, p.7-11, setembro, 1989.

Entenda o processo de fusão entre Oi e Brasil Telecom. **G1**, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL385508-9356,00-ENTENDA+O+PROCESSO+DE+FUSAO+ENTRE+OI+E+BRASIL+TELECOM.html>

GUERREIRO, Renato Navaro. A nova fase das telecomunicações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1999.

HISTÓRIA DO BEG. **Associação dos Aposentados e Pensionistas do Banco BEG (AFABEG)**, [s.d.]. Disponível em: <<https://afabeg.org.br/institucional/>>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biblioteca. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LOPES, Valter. **Desenvolvimento da telefonia goiana**, Memorial da indústria de Goiás (FIEG). Goiás, 1984. Disponível em: < <https://memorialdaindustriago.com.br/memorial/>>

NOBLAT, Ricardo. **Sem direita nem esquerda**: Campanha de Fernando Collor para presidente, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bda2hEt8xPU&t=1s>

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 562-571, set./dez. 2020

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia Brasileira**: Uma Introdução Crítica. São Paulo, Editora 34, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Financiamento para o Subdesenvolvimento: O Brasil E O Segundo Consenso De Washington**. São Paulo, FGV, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O Governo Collor e a Modernidade e Tempos Incertos. In: **Novos Estudos**, n. 29, mar., p. 39, 1991.

Por R\$ 1,97 bi, empresa portuguesa ganha leilão da Celg T de Goiás. **Metrópoles**, 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/por-r-197-bi-empresa-portuguesa-ganha-leilao-da-celg-t-de-goias>>

RODRIGUES, Robério Paulino. **O Colapso da URSS: Um estudo de causas**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), São Paulo, 2006.

SACHS e JR, Jeffrey e Álvaro Zini. A inflação brasileira e o “Plano Real”. São Paulo, **Revista de Economia Política**, vol. 15 nº2, 1995.

SALLUM JR, Brasílio. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, no 2, 2011, pp. 259 a 288.

SALLUM JR, Brasílio. **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34, 2015.

SARAIVA, José. **Relações internacionais dois séculos de História: Entre a ordem bipolar e o policentrismo**. Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SCHNEIDER, B. R. A privatização no governo Collor: triunfo do liberalismo ou colapso do estado desenvolvimentista. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 12, n. 1, 1 Jan. 1992.

Servidores temem demissão em massa após privatização da Celg-D. **G1**, Goiás, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/12/servidores-temem-demissoes-em-massa-apos-privatizacao-da-celg-d.html>>.

SOARES, Pedro. Itaú paga ágio de 121,14% pelo BEG. São Paulo, **Folha de São Paulo**, 5 de dezembro de 2001.

Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0512200134.htm>>

SILVA Genilder Gonçalves da, MELLO Marcelo de. Revoluções, cultura e política na América Latina, **Cordis**, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul./dez, 2013

TAVARES, Maria da Conceição. **Vida, ideias, teorias e políticas**. Rio de Janeiro, Editora Expressão Popular, 2019